

Uma alternativa para a exploração da Amazônia

Se o Brasil não incorporar ao processo produtivo suas terras na Amazônia, para melhor atender à demanda internacional por alimentos, organismos internacionais serão tentados a fazê-lo.

O regime de concessões de terras públicas pode ter reflexo positivo na economia. A ocupação e grilagem são as causas dos conflitos rurais e de uma perversa distribuição de renda. Se privatizado, permaneceria somente o direito ao uso da terra, regido por uma

legislação adequada à sustentabilidade dos recursos naturais.

Ao limitar as concessões a associações de produtores, cooperativas e sociedades legalmente constituídas, acaba-se com a subdivisão da propriedade agrícola. Mantém-se e aperfei-

çoa-se a gestão de uma empresa rural mais extensa. A abertura de trabalho estreita e agiliza a parceria entre a empresa rural e os órgãos de pesquisas.

Uma grande empresa rural não entra em conflito com a exploração familiar extrativista, e os sistemas agroflorestais (SAFs) internacionalmente recomendados são importantes no emprego de mão-de-obra menos qualificada, que toca explorações como a sangria da seringueira e a respectiva coleta do látex, a colheita do cacau, chinchona, jambo, urucu, cupuaçu etc. Os dois modelos de exploração são complementares e ajudam o crescimento sustentado do País. ■

LUIZ MANUEL MARTINS DE FREITAS*

Amazônia Legal

Cerca de 75% da sua área é de terras públicas, das quais, 30% já são áreas protegidas. Os 13 milhões de hectares alocados inicialmente para a exploração florestal sustentada representam menos de 3% da área total. O desmatamento autorizado de 20% permitirá estabelecer até 2,6 milhões de hectares de pastagens e abrir caminho, ao final de 10 anos, para o plantio de até um milhão de hectares com arroz, soja e milho, para estabelecer uma alternância pasto-cultura de mínimo impacto ambiental.

Bases do plano

1. Blocos de cem mil hectares para a retirada de árvores adultas de valor econômico. Exigência de um levantamento planialtimétrico com os caminhos necessários à remoção das toras e identificação dos locais mais apropriados à construção de represas de terra.
2. Remoção seletiva de árvores e arbustos nas áreas de topografia plana e levemente ondulada, a iniciar pelos solos de melhor qualidade. Com a preservação das leguminosas nativas (kudzu, puerária etc.), deve-se introduzir gramíneas africanas (Brachiaria etc.), eficientes na assimilação de nutrientes. As árvores e os arbustos ajudam na preservação de predadores e inimigos naturais, minimizam doenças pela biodiversidade e protegem ainda os animais e as plantas dos rigores climáticos. Beiradas de água e nascentes serão respeitadas, como determina a lei.
3. Implantação de uma agricultura mecanizada manejada, a partir do plantio de arroz, soja, milho, algodão e girassol, com plantio direto. Ao término do ciclo agrícola, são estabelecidas forrageiras leguminosas fixadoras de nitrogênio e gramíneas mais nutritivas (Panicum e Pennisetum). O objetivo é a alternância cultura-pasto.

Duas ou três culturas poderão suceder no mesmo ano agrícola, para aproveitar a mais intensa e prolongada estação de chuvas da região. Sucessões como arroz e kudzu, soja e sorgo, e milho e guandu são viáveis,

produzem valiosa massa e mantêm o solo coberto durante a maior parte do ano.

A água superficial retida nas represas poderá ser usada na irrigação de culturas de maior valor econômico, como feijão, ervilha, tomate, batatinha etc.

A Amazônia depende da correção de seus solos e de fertilizantes nas culturas, para realizar seu potencial biológico num ambiente produtivo. Plantios superiores a mil hectares são comuns no centro-oeste e reduzem os custos de colheita por máquinas mais sofisticadas. Inicialmente, a rotação soja-milho pode ser a única economicamente justificável, bastando para isso usar o milho no preparo de rações para bovinos, suínos, aves e peixes, produtos com maior valor agregado, para enfrentar mais facilmente os altos custos de transporte.

4. Autorização para substituir até 80% da reserva florestal por arbustos e árvores de fácil comercialização. Da simples lenha (eucalipto, pinheiro etc.) à madeira de lei (mogno, teca etc.), extração (babaçu, dendê, seringueira, urucum etc.) e coleta de frutas e sementes tropicais (açai, cacau, caju, castanha do Pará, cupuaçu etc.), para o posterior beneficiamento. Além de aumentar e diversificar as receitas, isso contribui certamente para um melhor e mais racional uso da força de trabalho.

*Engenheiro agrônomo pela Universidade Técnica de Lisboa e pós-graduação na ESALQ-USP na área de Solos e Nutrição de Plantas